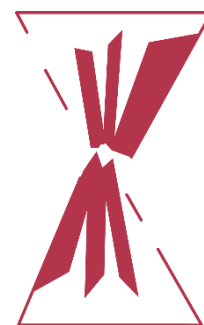



Trabalhadores rurais africanos e de origem africana e a africanização do Brasil Republicano: balanço e perspectivas

African rural workers and african descendants and the africanization of the Republican Brazil: audit and perspectives



FIUZA, Denis Henrique*

 <https://orcid.org/0000-0003-4353-4726>

RESUMO: O presente artigo discute o destino dos trabalhadores rurais africanos e de origem africana no Brasil com o advento da República. A partir dos anos 1970-1980, tanto a história social quanto a história ambiental passaram a questionar a ausência desses indivíduos em trabalhos sobre o ambiente rural do período republicano, os afro-brasileiros teriam saído das senzalas e da história (RIOS; MATTOS, 2004). Busca-se, através de levantamento dessas abordagens responder algumas questões, tais como, quem eram os trabalhadores rurais nesse período? Qual o tipo e tamanho de propriedades trabalhavam e quais eram as condições de trabalho? Como esses trabalhadores rurais africanos e de origem africana foram protagonistas de uma “africanização” do ambiente rural brasileiro? Aborda-se também a temática dos territórios dos remanescentes de quilombos, que se apresentam como janelas de uma africanização do meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores rurais; história social; história ambiental; africanização;

ABSTRACT: This article discusses the destination of African rural workers and those of African descent in Brazil with the advent of the Republic. From the 1970s to the 1980s, both social as well as environmental history began to question the absence of these individuals in researches about rural environment of the republican period, Afro-Brazilians would have left the slave quarters and History (RIOS; MATTOS, 2004). Through a survey of these approaches, this work seeks to answer some questions, such as: who were the rural workers in this period? What kind of properties did they work in? How big were those properties? What were their working conditions? How were these African rural workers and the African descendants protagonists of an “Africanization” of Brazil’s rural environment? The topic of the territories of the remnants of Quilombos is also studied, which are presented as traces of an Africanization in the rural environment.

KEYWORDS: Rural workers; social history; environmental history; Africanization.

Recebido em: 11/02/2021
Aprovado em: 03/05/2021

* Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava/PR. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC. E-mail: dfiuzahistoria@gmail.com



Introdução

Após intenso contato dos povos africanos com os portugueses e outros europeus e com os povos indígenas, diferentes relações sociais, econômicas e comerciais passaram a moldar a história do espaço rural do Brasil. Pensando neste entrelaçamento e nas novas possibilidades e contextos sociais advindos da diáspora africana, realizou-se um levantamento de abordagens e uma discussão teórica sobre os trabalhadores rurais africanos e de origem africana, bem como aspectos de uma africanização da agrobiodiversidade brasileira, cujas transformações políticas da constituição da República foram determinantes, porém, pouco exploradas pela historiografia. Através da abordagem da agricultura como ponto central, foi possível perpassar outras questões como aquelas culturais, econômicas ou sociais, revelando um universo de práticas agrícolas na constituição do território.

Esse contexto resulta de um processo de africanização do meio rural brasileiro que ocorreu de forma não intencional em conjunto com outros processos, seja por meio do trabalho e vivência na *plantation* agrícola, seja através da formação de mocambos, quilombos e outras formas de atuação dos africanos nas margens desse sistema que resultou na implantação de práticas agrícolas, ferramentas, espécies vegetais e animais vindos do continente Africano. Nesse sentido, o debate é permeado por estudos que buscaram compreender o papel de africanos e afro-brasileiros na construção da agrobiodiversidade do país.

Enfrenta-se o desafio de unir a ação humana ao mundo biofísico numa perspectiva histórica. Tal qual a história ambiental se propõe desde seu surgimento como campo de investigação nos anos 1970, “[...] nasceu de inquietações e críticas teóricas em relação à leitura ‘flutuante’ da história humana, ou seja, de que a vida social pode ser isolada do mundo biofísico no qual e por meio do qual ela acontece.” (PÁDUA, CARVALHO, 2020, p.1312). Ao unir humanos e o mundo natural do Brasil, chama-se atenção para o papel preponderante de africanos e afro-brasileiros, pois o país recebeu a maior parcela de escravizados durante o período colonial de todo o planeta e, mesmo imersos nas agruras do sistema escravista e em seus efeitos, atuaram de forma a territorializar diferentes ambientes brasileiros.

Alberto Costa e Silva (1994) bem descreveu como a presença expressiva de africanos no Brasil moldou a cultura brasileira, os costumes, os meios de cultivar a terra. Mas não só isso, espécies da flora e da fauna africanas contribuíram para que a paisagem brasileira se africanizasse. Dessa forma, relaciona-se a história ambiental aos debates realizados pela historiografia da escravidão e da diáspora africana no Brasil que

resultaram de uma renovação iniciada nos anos 1980. Boa parte desses estudos lançam pelo menos dois questionamentos até então pouco difundidos.

Trata-se, de um lado, do destino dos africanos e afro-brasileiros no meio rural após a abolição. Segundo Rios e Mattos (2004, p. 170) “[...] com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus.”. E, de outro, as variadas experiências da população escravizada no que diz respeito à “[...] hierarquia entre escravos, e o entrecruzar de identidades, baseadas em gênero, idade, ocupação (escravos rurais, urbanos, domésticos, artesãos, ganhadores etc.) e origem (africanos de diversas etnias ou nascidos no Brasil).” (MAMIGONIAN, 2004, p. 36).

Nesse sentido, esse estudo busca mapear os principais trabalhos que foram realizados para pensar o destino dos trabalhadores rurais africanos e de origem africana nos últimos anos do Império e início da República, bem como refletir sobre a multiplicidade de condições desses indivíduos no mundo rural brasileiro. Compreende-se de antemão o risco ao não optar por um recorte espacial regional para tratar dos trabalhadores rurais desse período, já que a ruralidade do Brasil apresenta diferenças expressivas devido às formas como as regiões foram sendo integradas à sociedade e a economia do Brasil imperial e, depois, republicano. Sublinha-se também, a dificuldade em construir um estado da arte sobre os trabalhadores rurais africanos ou afro-brasileiros considerando a copiosa produção acadêmica derivada das novas tendências da historiografia.

Divide-se esse trabalho em três partes. Primeiramente, discute-se sobre quem eram os trabalhadores rurais afro-brasileiros do período, com base nos estudos que se dedicaram a esse tema. Num segundo momento, aborda-se qual o tipo e tamanho da propriedade na qual se inseriam esses trabalhadores. E, por fim, analisa-se como esses trabalhadores contribuíram para uma africanização da paisagem brasileira.

Os trabalhadores rurais no final do XIX e início do XX

O campo de estudos sobre o trabalho rural é complexo e multifacetado, tornando-se difícil traçar uma visão completa dos trabalhadores rurais que se formara no Brasil nos fins do século XIX, devido principalmente às diferenças regionais, tanto no que se refere ao ambiente e aos tipos de produção agrícola quanto às diferenças culturais e origens dos trabalhadores que constantemente se misturavam. Eram eles indígenas de diferentes povos, lusos, africanos vindo de diferentes locais da África e agora também alemães, italianos, entre outros que entraram no país sob a oferta de trabalho. Busca-se, então, localizar trabalhos que se dedicaram a pensar quem eram os trabalhadores rurais

africanos e de origem africana nos fins do XIX e início do século XX, pensando a sua interação numa sociedade diversificada, do ponto de vista humano e ambiental.

Os estudos sobre os trabalhadores rurais têm uma longa trajetória na historiografia brasileira e estrangeira. Ainda no século XIX, Adolfo Varnhagen e historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com uma visão saudosista dos feitos dos portugueses e da monarquia, já tratavam da gama de trabalhadores que formara o país dando pouca ênfase, porém, a grupos como indígenas e africanos. Nos fins do século XIX, Capistrano de Abreu, escrevendo em um contexto diferente de Varnhagem, agora de decadência da monarquia, buscou retratar a formação do Brasil e de seu povo, com viés crítico a Portugal e à colonização. Influenciado pela sociologia em ascensão¹, o autor buscou enfatizar o papel dos indígenas no povoamento do país, abordando, com menor frequência os africanos nesse contexto.

Embora o foco desse estudo seja a historiografia, é imprescindível citar a obra de antropologia *Os Africanos no Brasil* de Nina Rodrigues. Escrita nos anos 1890, mas publicada em 1932, apresenta uma análise baseada nas raízes étnicas, culturais, da integração de africanos e afro-brasileiros na constituição da nação. O foco central foi a religiosidade dos remanescentes de africanos da Bahia, mas Rodrigues vai além para demonstrar como traços culturais dos africanos passam a compor a sociedade brasileira em conjunto com traços indígenas e lusos:

Resultado de pesquisa conduzida por Nina Rodrigues entre africanos remanescentes na Bahia do fim do século XIX, mas só publicada, postumamente, em 1932, o livro tinha objetivos claros: identificar os traços físicos e culturais africanos que haviam se infiltrado na “raça” brasileira durante os séculos anteriores, resultante da maciça importação de africanos pelo tráfico atlântico e de intensa miscigenação. (MAMIGONIAN, 2004, p. 34).

Nina Rodrigues é tido como um dos primeiros pesquisadores a considerar as origens étnicas dos africanos escravizados no país, bem como suas características culturais, religiosas, e conhecimentos rurais. Seu trabalho será retomado pela historiografia do final do século XX, quando aspectos culturais, do cotidiano, do trabalho, da religião e da família passam a ser objeto de estudo da história.

¹ Boa parte dos trabalhos sobre a formação do Brasil e de sua população, incluindo africanos e de origem africana, foram escritos no fim do século do XIX e início do XX na perspectiva da sociologia, cita-se Silvio Romero, e posteriormente os interpretes do Brasil Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior. Nos anos 1950, os estudos sobre as relações raciais no Brasil mostraram um “Brasil negro” pouco conhecido até então. Esses estudos foram mais no campo da antropologia e da sociologia sob os auspícios da UNESCO. Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Luiz Aguiar da Costa Pinto, entre outros, publicaram sobre as relações sociais no Brasil. É verdade que predominaram estudos no meio urbano, mas houve também uma série de trabalhos no meio rural.

A história social que, a partir dos anos 1980-1990, inovou a historiografia, passou a relacionar os fatores econômicos da escravidão e da diáspora africana (profundamente abordados pela historiografia econômica que vigorou na academia a partir dos anos 1950) aos aspectos culturais, étnicos e socioespaciais. Nesse sentido, duas frentes de trabalho foram cruciais para esse processo: a dos historiadores da *Universidade de Campinas* (Unicamp), principalmente Robert Slenes e Sidney Chalhoub, e aqueles provenientes da *Universidade Federal Fluminense* (UFF), como Hebe Mattos e Ana Maria Lugão Rios. Profundamente influenciados pela historiografia social norte-americana e pelo pensamento do historiador Edward Thompson, proliferaram-se os trabalhos sobre a família escrava, os costumes, a religiosidade e os meios de resistência ao sistema, bem como aqueles estudos sobre o pós-abolição, fazendo emergir os sujeitos africanos e afro-brasileiros, no campo e na cidade, nas mais diversas regiões do Brasil, tornando-se impossível citar todos, por isso, realiza-se um panorama geral, focado em questões relevantes à situação dos trabalhadores rurais de origem africana.

O brasilianista Robert Slenes inaugura uma série de estudos sobre a existência de núcleos familiares entre os escravizados. Seus trabalhos têm foco principal nas propriedades agroexportadoras, especialmente aquelas localizadas na região sudeste do Brasil. Apoiado em documentação diversificada, mas principalmente no cruzamento de fontes demográficas e listas nominais, o autor mapeou a presença de numerosas famílias de escravos, o que o levou a construir um entendimento de que a família tornou-se uma forma de sobrevivência ao regime escravista e um meio de práticas culturais próprias desses indivíduos.

Mas, não só isso, para Slenes (2011), em *Na Senzala uma Flor*, obra publicada pela primeira vez em 1999, a família escrava está intimamente relacionada ao trabalho, tanto como meio de controle por parte dos senhores quanto como meio de resistência por parte dos escravos, pois, em seu seio, esses indivíduos quebravam regras conjugais do modelo familiar tradicional, bem como os laços familiares fortaleciam esses indivíduos (SLENES, 2011).

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009), dois grandes nomes da nova historiografia do trabalho e da escravidão da Unicamp, afirmaram que a renovação historiográfica dos anos 1980 buscou quebrar o muro do paradigma da ausência. Segundo esses autores, o Brasil era um país sem povo e o escravo era tratado como coisa: “[...] independentemente das intenções do autor, logo ligou-se à visão do escravo como um ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprias: a escravidão teria aniquilado as pessoas e sua cultura, restando a fragmentação e o vazio produzidos por uma dominação inexorável.” (CHALHOUB, SILVA, 2009, p. 16).

É nesse sentido que esses autores passam a considerar uma diversidade de documentos para fazer emergir o africano e o afro-brasileiro como indivíduos, tentando resgatar também a voz desses sujeitos. As obras de Chalhoub vão ao encontro desse objetivo, pois em *Visões de Liberdade* (1990), o autor analisa os sentidos e os discursos sobre a liberdade dos escravos, especialmente pelos relatos dos viajantes, buscando entender como se projetou a visão hegemônica do desejo à liberdade escrava e como ela se apresentava de forma contraditória na realidade dos escravos. Chalhoub apresenta, ainda, outros trabalhos relevantes, como *Trabalho, Lar e Botequim* (2001), um alargamento da concepção de trabalhadores, antes restrita a movimentos operários, no qual Chalhoub passa a considerar a multiplicidade de realidades trabalhistas. Embora mais focado no meio urbano, sua contribuição está na integração de diferentes experiências de trabalho, principalmente em ver o cotidiano dos trabalhadores e suas variadas ocupações.

Tal constatação é essencial para pensar os trabalhadores rurais de origem africana. Primeiramente, porque retira esses indivíduos do anonimato, já que pela dispersão territorial tornou-se mais difícil a organização operária entre os trabalhadores rurais. E, segundo, pela inclusão de diversas atividades como realidades de trabalho, pois passou-se a ver os trabalhadores rurais como agentes e não apenas massa de manobra dos proprietários e lideranças políticas.

Sobre esse aspecto, Ana Rios realizou uma profícua análise da obra de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), com o objetivo de repensar a caracterização da população rural na Primeira República, à luz da discussão contemporânea que ampliou a visão sobre esses grupos, percebendo-os como indivíduos ativos, responsáveis por atos de resistência e de variadas táticas de sobrevivência (RIOS, 2007, p. 02). A historiadora aponta que boa parte dos trabalhos anteriores aos anos 1980 deram grande ênfase a aspectos econômicos e à dificuldade encontrada em manter a mão de obra presente no campo:

Foram apontadas dificuldades de reter, na grande lavoura, a chamada “mão-de-obra livre nacional” nas áreas escravistas do Centro-Sul. Dificuldades que explicariam a dependência dessas áreas dos fluxos internacionais de trabalho imigrante e a desarticulação da lavoura escravista de alimentos da região, substituída pela formação de um campesinato negro. Tais dificuldades foram consideradas, por alguns autores, função da fronteira agrícola ainda aberta nestas áreas, em oposição ao fechamento dela nas antigas áreas açucareiras do nordeste.(RIOS, 2007, p. 02).

A autora chama a atenção para a necessidade de relativizar a ideia de fronteira agrícola, pois, ao observar outros contextos como na Jamaica, onde Rios demonstrou que

a fronteira agrária não é um dado puramente geográfico, mas palco de lutas políticas, onde o Estado empregou grande força. “Pesados impostos e taxas sobre os produtos camponeses e sobre a terra, leis coercitivas ao trabalho na *plantation*, redefinições sobre direitos consuetudinários estabelecidos no período escravista.” (RIOS, 2007, p. 03). Tal ação foi respondida de forma múltipla pelos libertos, não se pode reduzir esse processo à abolição e à conseqüente expulsão dos ex-escravos do meio rural. Deve-se, antes, considerar fatores variados como “[...] o papel do estado, dos ex-senhores, as condições das atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão-de-obra (imigração) etc.” (RIOS, 2007, p. 03).

Nessa perspectiva, Hebe Mattos também lança novas questões sobre a escravidão e a abolição tendo como base o contexto do estado do Rio de Janeiro onde ela conjuga questões de memória e identidade utilizando entre outras fontes, as orais. Cabe ressaltar que, em conjunto com Rios e outros pesquisadores do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), elas foram responsáveis por um projeto que colheu entrevistas com familiares de antigos escravos e libertos de fazendas de café da região sudeste, chamado *Memórias do Cativo* (2005), em vista de analisar a memória do período de abolição. Das entrevistas com moradores de Minas Gerais surge a tese de doutorado de Rios.

Esses trabalhos ampliam a gama de fontes históricas e passam a extrair informações que trazem luz às novas possibilidades, desconstruindo visões generalizantes sobre os africanos e afro-brasileiros. Weimer (2015), por exemplo, chama a atenção para o desafio de analisar as possibilidades de atuação cidadã de ex-escravos no pós-abolição, “[...] não ignorar os obstáculos enfrentados para inserir-se como cidadãos na vida posterior ao cativo, mas também não menosprezar sua capacidade de organização e sua disposição para conquista de direitos de cidadania.” (WEIMER, 2015, p. 63).

Nesse sentido, toma-se fundamental a revisão do termo *campesinato* como uma categoria histórica. De acordo com Godoi, Menezes e Marin:

Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. (GODDOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 09).

Dessas relações emergem nomenclaturas que definem com maior precisão esses trabalhadores e também passam a abarcar as relações socioculturais, as relações de gênero e de classe que se manifestam através da produção familiar ou do contrato da mão de obra familiar, a herança transmitida, o consumo, a produção e seus fins. Essas características respondem a um contato com a ampliação do conceito de fonte histórica e as particularidades de cada caso:

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista. (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 10).

Conforme Godoi, Menezes e Marin (2009), em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 10). Para escrever sobre essa história é preciso, antes de tudo, “[...] refletir sobre a impositiva produção dessa ‘amnésia social’ ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiro.” (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 12). Tais autores dialogam com Chalhoub e Teixeira da Silva e o que denominam de paradigma da ausência, de anonimato dos trabalhadores rurais afro-brasileiros, de suas práticas de trabalho e de seu cotidiano.

Tal abordagem amplia também o escopo de análise, uma vez que se retiram do anonimato trabalhadores rurais de pequenas propriedades, produtores de artigos para o mercado interno, sem desconsiderar o papel preponderante da produção agroexportadora. João Fragoso (2016) explica que a agroexportação se firmou como o “centro dinâmico” da economia colonial, mas gerou efeitos multiplicadores, engendrando outras variadas possibilidades de investimento também baseadas na mão de obra escrava (FRAGOSO, 2016).

Percebe-se, então, que no advento da República se formara, em todo o país e em boa parte das Américas, uma classe camponesa diversificada. Como demonstra o estudo de Matthias Assunção (2015), em *De Caboclos a Bem-te-vis*, no qual o autor reconstrói a ocupação agrícola de algumas regiões do Maranhão e descreve que, desde o início dos anos 1800, o desenvolvimento econômico de cada uma delas refletiu-se em sua estrutura demográfica diversificada, formada por camponeses livres, caboclos, forros e seus

descendentes. A realidade concreta desses indivíduos passou despercebida pela historiografia até os anos 1980, mas, como destaca Assunção (2015), o fortalecimento desses grupos, com atividades agrícolas diversas, foi o que possibilitou até mesmo o levante dos Balaios.

Dessa forma, inúmeras manifestações rurais emergem de indivíduos provenientes do sistema escravista, de brechas camponesas, de pequenas propriedades, dos caboclos e dos mestiços, entre outros, determinantes para traçar um panorama do período pós 1888. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva são pioneiros nessa questão, ambos se apropriam de uma gama variada de fontes para trazer uma nova visão da questão agrária. Tais autores vão além para discutir até mesmo o imaginário de grupos agrícolas que eram desconsiderados na estrutura agrária brasileira.

Além de suas pesquisas individuais, Linhares e Silva produziram trabalhos em conjunto, introduzindo aspectos importantes sobre uma nova perspectiva da história social da agricultura, dentre as quais, cita-se: *História Social da Agricultura: combates e controvérsias* (1981), no qual os autores fazem o inverso do que vinha sendo feito, partindo da atividade do mercado interno brasileiro. Os autores se desprendem da lógica anterior que via apenas a influência do mercado externo na constituição do mundo rural e relacionam a produção de artigos diversos e sua comercialização, com lógicas econômicas externas.

Em Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil (1999), os autores reconstroem o “imaginário” que envolve essa questão, através de músicas populares, imagens e do cinema, relacionando a questão agrária brasileira com o processo de globalização. Linhares e Silva foram fortemente influenciados pela historiografia francesa dos *Annales*, como fica evidente no trato com fontes diversificadas e mesmo a questão do imaginário.

Em diálogo com essa perspectiva, o trabalho de Márcia Motta também tem se mostrado profícuo para novas interpretações sobre os trabalhadores rurais e das diversas ocupações e produções no campo. Em sua tese de doutorado, *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* (1998), retoma as revoltas do período imperial para demonstrar que a classe de trabalhadores rurais em construção compreendia diversos sujeitos com diversas relações íntimas com a terra. Motta (1998) parte da perspectiva de Thompson sobre resistência e sobre direito para desconstruir a ideia de que a lei impossibilita a existência de outras realidades em sua margem, e assim foi com a Lei de Terras de 1850, que não excluiu totalmente a possibilidade da existência de indivíduos que cultivaram terras nas bordas da *plantation* e das terras devolutas (MOTTA, 1998).

Esses estudos introduzem as diferentes possibilidades de elucidar a gama variada de trabalhadores rurais que se formou até o Período Republicano. Mas não se pode afastar essa multiplicidade de sujeitos e grupos de trabalhadores rurais africanos e de origem africana de seus diversos espaços de vivência e de trabalho rural, por isso, aborda-se a seguir algumas análises voltadas para o espaço e os tipos de propriedade e as condições em que trabalhavam.

Em que tipo e tamanho de propriedades trabalhavam e quais eram as condições de trabalho?

Desde o período colonial, a *plantation* agrícola era o tipo de propriedade com maior contingente de mão-de-obra escrava, mas as atividades econômicas mais voltadas para o mercado interno também foram feitas por africanos e afrodescendentes. Havia, ainda, portugueses pobres, indígenas e outros que foram se misturando e formando a população luso-afro-ameríndia.

Quando se fala em escravidão rural na Colônia ou no Império, ou em servidão e regimes de trabalho rural no pós-abolição, limitam-se muitas vezes os estudos a *plantation* agroexportadora, em especial os engenhos de açúcar ou as fazendas de café. Todavia, os arquivos têm demonstrado a necessidade de expandir a discussão historiográfica para integrar outros tipos de produção e trabalho no campo. Fragoso (2016) amplia esse debate para demonstrar que o mundo rural do período republicano é resultado de uma agricultura diversificada já no período imperial ao analisar dados econômicos globais e populacionais, percebendo que “[...] em 1819, de uma população de 3.596.132 habitantes, 69,2% era constituída por homens livres; em 1872 esse número subiria para 84,7%.” (FRAGOSO, 2016, p. 214). Essa constatação não exclui a situação de profunda concentração fundiária nas mãos de poucos indivíduos no país, mas torna possível constatar a multiplicidade de camponeses sobrevivendo às margens dos latifúndios.

Dentre outros fatores que levaram à promulgação da Lei de Terras de 1850, foi a garantia de posse àqueles que possuíam o título das mesmas, majoritariamente os grandes proprietários, e definia as “áreas devolutas” em mercadorias que cabiam ao Estado comercializar (MENDES, 2009). A concentração fundiária do país se manteve, especialmente, como uma reação das elites agrárias à Lei Eusébio de Queiroz, que passava a barrar o tráfico de escravos, despertando a necessidade de impedir o acesso a terra pelos africanos, afro-brasileiros e demais camponeses pobres (MENDES, 2009).

Nesse sentido, “[...] a obtenção de lotes agrícolas passava a se dar exclusivamente por meio de compra e venda, não mais por cessão gratuita em nome do sesmeiro ou do

posseiro, como ocorria desde o tempo colonial.” (MENDES, 2009, p. 178). As consequências dessa lei podem ser percebidas sobremaneira no período republicano, sendo determinante nas últimas décadas do século XIX no sentido de dificultar o acesso a posseiros, ex-escravos, entre outros camponeses do período.

Mas, o que a historiografia tem mostrado é que, além dos que possuíam terras e da produção agroexportadora, existiram outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (com o uso adicional ou não do trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de trabalho “[...] a exemplo da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul e de Goiás.” (FRAGOSO, 2016, p. 214). Outra constatação importante de Fragoso (2016) é de que a produção em vista do mercado interno também foi preponderante, “[...] em 1819 a maior província escravista do país – Minas Gerais – não estava fundamentalmente ligada à exportação, mas ao mercado interno.” (FRAGOSO, 2016, p. 215). Além disso, de acordo com dados trazidos pelo autor, “[...] em 1874, nas três províncias do Sudeste que concentravam a produção cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 60% da população cativa total encontrava-se em municípios não cafeeiros (em 1883, essa cifra cairia para 52,5%).” (FRAGOSO, 2016, p. 216).

Kalervo Oberg (2009) classifica a estrutura agrária brasileira em 5 tipos de produção e de propriedade. De acordo com esse autor, a historiografia costuma classificar em quatro tipos básicos, mas em seu estudo ele enumera um quinto, pouco percebido pelos pesquisadores. Em primeiro lugar, e o mais explanado, seria o tipo “plantação”, comumente nominado pelo termo inglês *plantation*. Trata-se da “[...] grande propriedade destinada à produção de uma única cultura, boa parte da qual é transferida para os mercados externos.” (OBERG, 2009, p. 181). Tal propriedade caracterizou-se, ainda, pela maior parte da utilização de mão-de-obra escravizada tendo como ciclos produtivos principais as espécies exóticas da cana-de-açúcar e do café.

Um segundo tipo de propriedade seria aquela dedicada à criação de animais, especialmente a criação de gado de corte e produção de carne-seca. Segundo Oberg (2009), nesse tipo de fazenda se emprega um pequeno número de mão-de-obra, destacando-se a região meridional do Brasil como principal centro desse tipo de produção (OBERG, 2009). Em terceiro, as fazendas do tipo granja, encontradas em Minas Gerais, “[...] onde não somente se cria gado para corte como também se utiliza o leite destinado à fabricação do queijo. Cultivam-se arroz e feijão como agricultura de subsistência.” (OBERG, 2009, p. 181). Em quarto lugar, há o pequeno operador, que pode ser proprietário ou arrendatário, “[...] que produz culturas alimentícias empregando a sua própria mão-de-obra, a de sua família e, algumas vezes, trabalhadores braçais.” (OBERG, 2009, p.181).

E, por fim, um quinto tipo que Oberg (2009) denomina como aqueles que vivem e cultivam pequenos espaços de terra na propriedade de outros, estando sujeitos a um conjunto espantoso de regulamentos de posse. É o pequeno produtor de subsistência, roceiro ou posseiro que produz culturas como o milho, arroz, feijão e mandioca, criando alguns porcos e galinhas. Além dos diversos trabalhos aqui citados, nos anos 1990 percebe-se uma multiplicidade de outros que têm demonstrado a presença de africanos e afro-brasileiros em todos esses tipos de propriedade além daquelas formadas historicamente por indivíduos fugidos do regime escravista chamadas de quilombos. Há um contexto de resistência e de intensa relação com a terra entre remanescentes de quilombos em todas as regiões do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para a legalização fundiária dos territórios remanescentes de quilombolas, evidenciando, de acordo com Almeida (1988, p. 52), “[...] a tentativa de reconhecimento formal de uma transformação social considerada como incompleta. A institucionalização incide sobre ‘resíduos’ e ‘sobrevivências’, revelando as distorções sociais de um processo de Abolição da escravatura limitado, parcial.”.

Estudos de antropologia passaram a ser reconhecidos como instrumentos para apresentar a identidade étnica e histórica dos grupos perante a justiça². Também na sociologia e na história essa temática tornou-se recorrente, tanto como meio de identificar as relações de determinados grupos com o passado escravista quanto como compreender a complexidade do mundo rural brasileiro. Na área da geografia, alguns trabalhos buscaram mapear e localizar os territórios quilombolas do país. É o caso de Rafael Sanzio Anjos (2005), que realizou um amplo e inédito mapeamento dos remanescentes de quilombos em todas as regiões do Brasil. De acordo com esse geógrafo:

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio cultural e territorial inestimável e é recente o interesse e o conhecimento por parte dos organismos oficiais brasileiros. Mesmo ocorrendo em diversas regiões do espaço brasileiro, e em períodos diferenciados, os sítios dos povos quilombolas constituem as comunidades tradicionais brasileiras que “guardam” territórios africanos que sobrevivem no mundo globalizado (ANJOS, 2005, p. 04).

² O antropólogo Carlos Alexandre dos Santos recebeu o prêmio Capes de Tese edição 2011 pelo trabalho com 17 comunidades rurais negras do Mato Grosso do Sul que investigou. Santos (2010) demonstrou proximidades entre os costumes, práticas agrícolas e meios de trabalho, formações familiares e coletivas das famílias estudadas com os primeiros camponeses quilombolas que ocuparam a região.

O trecho acima chama a atenção para o aspecto de que essas comunidades “guardam” territórios africanos do passado. Bittencourt e Correa (2011) também apontam para esse aspecto “[...] o inventário das comunidades remanescentes de quilombos tem demonstrado o quanto as paisagens, especialmente rurais, têm janelas temporais, que permitem aos estudiosos se deparar com certas africanidades.” (BITTENCOURT; CORREA, 2011, p. 16).

Africanidades estas percebidas por Edma Silva Moreira e Jean Hébette (2009) em sua análise sobre os trabalhadores africanos e de origem africana e suas transformações na região do Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. Entre as constatações desses autores, destaca-se os escassos trabalhos até o início dos anos 2000 sobre essa região. Foi apenas após as conferências internacionais da ONU, em especial a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil em 1992, que a a historiografia passou a discutir de forma mais expressiva a Amazônia e seus habitantes. Moreira e Hébette (2009) retomam a história dos seringueiros no Pará, no século XIX, trazendo à tona uma complexa rede de indivíduos, desde negros fugitivos, libertos, mestiços e indígenas que “[...] com a exploração econômica do látex extraído da seringueira e da maçaranduba, a partir dos anos 1850-70, foram procurados por trabalhadores independentes.” (MOREIRA; HÉBETTE, 2009, p. 194).

Marin (2009), ao analisar a formação de quilombos na ilha de Marajó descreve que:

Os movimentos de fugitivos e a organização de quilombos são descritas para os séculos XVIII e XIX. O historiador argumenta que “para além dos saques, razias e roubos de gado, os quilombos tentavam constituir uma base econômica com pequena agricultura, visando sua subsistência e trocas mercantis” (Gomes, 2005, p. 53). As fazendas e engenhos dos séculos XVIII-XIX se valeram do trabalho de indígenas e de escravos africanos e foi nas fimbrias das fazendas que se formaram as comunidades de fugitivos na ilha de Marajó. (MARIN, 2009, p. 210).

Conforme explica Marin (2009), desde a primeira metade do século XVIII foram introduzidos escravos para o trabalho na agricultura em Marajó. O cacau era cultivado nas terras inundáveis assim como arroz, milho, algodão, café, mandioca e cana-de-açúcar. O dinamismo das plantações de cana favoreceu o estabelecimento de alguns engenhos. Foi então que a ilha tornou-se um dos centros da produção canavieira compreendendo parte dos estados do Pará e Maranhão. Mas, como salienta Marin (2009) “[...] foi a pecuária que se impôs como atividade típica. O governador Francisco de Souza Coutinho decretou que se devia dar maior importância aos pecuaristas do que aos produtores de algodão e de arroz.” (MARIN, 2009, p. 212).

Na região meridional do Brasil, o fim do XIX e início do XX foi um período permeado por conflitos territoriais envolvendo, principalmente, posseiros, caboclos e o governo republicano. Tais conflitos estão no cerne da Guerra do Contestado, uma revolta que reuniu vários grupos em torno do monge José Maria em 1912 (CARVALHO, 2008, p. 281). “Expulsos por tropas catarinenses e combatidos pela polícia paranaense (na localidade do Irani, em um conflito onde morreu o próprio José Maria), os ‘caboclos’ deram continuidade a sua ‘guerra santa’ com a formação de diversas comunidades denominadas ‘redutos’.” (CARVALHO, 2008, p. 281). Carvalho reúne vários trabalhos em vista de demonstrar como a Guerra do Contestado nasce de conflitos pela posse da terra.

Carvalho (2008, p. 284) descreve que existia entre os moradores da região do Contestado “[...] uma economia moral, baseada no apossamento das terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta, que permitia aos caboclos, que mais tarde lutariam na guerra, uma subsistência nada além de mísera e instável.”. O conflito se acirrou com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. O empreendimento que demandou a tomada de grande número de mão-de-obra, ao passo que possibilitou aos moradores da região um ganho extra, levou a exploração de seu trabalho em péssimas condições. Além disso, a estrada de ferro comprimiu os agricultores que viviam em tal espaço. A “[...] notícia da passagem dos trilhos por uma determinada região valorizava as respectivas terras, que passavam a sofrer um intenso processo de ocupação e mesmo de tentativas de legitimação.” (CARVALHO, 2008, p. 292).

Gabriela Paes (2019) traz uma interessante contribuição com seu trabalho sobre os *negros d’água* que atuaram tanto na mineração quanto posteriormente no cultivo do arroz as margens do rio Ribeira. A região localiza-se ao sul do Estado de São Paulo, nas proximidades com o Paraná. Paes (2019) destaca que o Vale do Ribeira é um corredor natural que liga o continente ao litoral. “Percorrer o rio Ribeira de Iguape é uma das formas de transpor a Serra do Mar.” (PAES, 2019, p. 73).

Inicialmente, em finais do século XVI descobriu-se ouro nas proximidades das nascentes do Ribeira, no atual município de Apiaí. “Pelo Ribeira e seus afluentes, expedições exploraram pedregulhos, águas e areias e, assim, acharam ouro em veios, leitões, cascalhos e corredeiras.” (PAES, 2019, p. 73). Foi então que, entre os séculos XVII e XVIII, africanos foram introduzidos na região para o trabalho nas minas. Mas, já na segunda metade do século XVIII, as minas se esgotaram e os escravizados foram alforriados ou fugiram, tornando-se agricultores, cultivando e comercializando arroz. “Eles desbravaram áreas florestadas, num processo de interiorização orientado pelos rios.” (PAES, 2019, p. 75). Tal produção se manteve até o início do século XX, quando a

construção de barragens no Vale do Ribeira passou a causar problemas na produção desses camponeses, gerando conflitos jurídicos que chegam até os dias atuais.

Trabalhadores rurais africanos e de origem africana: protagonistas de uma “africanização” do ambiente rural

Paul E. Little (2004) aponta que qualquer território é um produto histórico de processos sociais, políticos e culturais, resultado da ação humana sobre o espaço e o tempo. Tal ação “[...] exerce controle e usufrui de recursos naturais [...]” (LITTLE, 2015, p. 128), o que constitui esses recursos como *agrobiodiversidade*. Em outras palavras, trata-se de “[...] uma parcela da biodiversidade constituída por um conjunto de organismos e ecossistemas que apresentam fortes relações com os seres humanos.” (NODARI; NODARI; FRANCO, 2016, p. 13). Intrínseca ao território, a *agrobiodiversidade* corresponde aos elementos domesticados da flora e da fauna encontrados no ambiente rural como resultado de processos históricos que podem ser entendidos pelo historiador ambiental como *fontes históricas*.

Jarred Diamond (1998) demonstrou que a domesticação de plantas e animais é um processo lento e gradual de seleção e dispersão. Nesse sentido, a formação da agrobiodiversidade na história do espaço rural do Brasil é também resultado de diversas transformações, cujos séculos XV e XVI não correspondem ao início, mas ao incremento de novos povos e culturas ao contexto corrente de domesticação de plantas, “[...] já realizados pelos povos nativos.” (DEAN, 1996, p. 43).

O trânsito dos portugueses pela África e pelo Oriente, anterior à chegada à América, fez com que esses viajantes entrassem em contato com diferentes objetos, plantas e animais que foram então levadas para Portugal e/ou espalhadas pelas futuras colônias. Com o advento do regime escravista, na *plantation* agroexportadora, nas pequenas propriedades de subsistência ou que visavam o mercado interno, africanos escravizados tiveram também um papel crucial na adaptação de espécies trazidas de África por eles ou pelos europeus.

Ao reunir uma série de trabalhos que se debruçaram sobre *bioses africanas no Brasil*, termo cunhado por Correa (2012), busca-se através da história ambiental analisar como as conexões entre espaços se combinaram. Estabelecem-se paralelos entre a agrobiodiversidade brasileira e o processo de africanização do meio rural, no qual espécies africanas foram fundamentais na construção de uma paisagem *ecocultural*, termo utilizado por Nodari, Nodari e Franco (2016), ou seja, produtos da história da relação entre humanos e o meio ambiente. Desmistificando, assim, a ideia de que existem

paisagens “naturais”, ou mesmo, como esclareceu Diegues (2008) “o mito da natureza intocada”.

Na história ambiental do Brasil, o tema da dispersão de plantas e animais ainda é incipiente (PÁDUA; CARVALHO, 2020). Todavia, algumas coletâneas de estudos têm lançado luz para que novos trabalhos surjam e aprofundem tais temáticas. Pádua e Carvalho (2020) citam dois projetos relevantes nesse sentido: o primeiro trata de duas obras organizadas por Lorelai Kury (2013, 2015), *Usos e Circulação das Plantas no Brasil e Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. E *Bioses Africanas no Brasil: notas de história ambiental*, organizada por Sílvio Correa (2012). Parte-se, pois, desses dois referenciais nesse trabalho.

É relevante lembrar que a africanização deve ser entendida como um processo não planejado e que transcorre concomitantemente com outros processos de transformação da sociedade e da economia brasileira. A agricultura também foi intensamente transformada em decorrência da participação africana e afro-brasileira. Tal participação se deu de múltiplas formas, expressas em técnicas e práticas agrícolas, inserção e cultivo de plantas e animais exóticos em meio à escravidão. Tendo a agricultura como ponto central e relacionando-a à economia e às práticas culturais, busca-se reconstituir brevemente a africanização da paisagem rural do Brasil que se deu em meio a relações com outros povos.

Através de uma “[...] cuidadosa coleta e interpretação crítica de práticas e elementos materiais comuns dos dois lados do Atlântico [...]” é possível retratar trajetórias de africanos cuja parcela considerável de descendentes mantiveram-se no meio rural com o fim da escravidão (MAMIGONIAN, 2004, p. 41). João Fragoso (2016) defende que os escravos e escravas de origem africana no Brasil viveram, trabalharam e morreram nas áreas rurais. Todavia, a africanização do meio rural se deu dentro de um espaço de múltiplos contatos, especialmente com portugueses e indígenas, mesmo antes do tráfico negreiro. O africanista Alberto Costa e Silva em entrevista a Santos, Fiuza e Schaefer (2020, p. 193) explica que “[...] há determinadas formas de cultivar que você viu em Moçambique que já são herança portuguesa. O que acontece é o seguinte: esses processos andam mais depressa do que a gente.”.

Esse fluxo de plantas se deu em parte pelo intenso trânsito estabelecido pelos portugueses, antes e depois da chegada à costa americana. Isso fez com que práticas e expressiva vegetália brasileira e africana transitassem e se espalhassem em ambos os espaços. A mandioca é um exemplo relevante, pois, de acordo com Costa e Silva, quando os portugueses chegaram ao Brasil e depois começaram a fazer viagens do Brasil para a África “[...] levaram a mandioca para lá, isso deve ter se dado por 1510, 1520, 1530. Em

1600 já havia mandioca no Ganja. A mandioca andou mais depressa no continente africano que o homem.” (SANTOS; FIUZA; SCHAEFER, 2020, p. 193).

Além disso, pontua-se que é determinante identificar a origem dos grupos que foram trazidos para o Brasil para compreender como africanos e afro-brasileiros moldaram a agricultura brasileira. “Os estudos do tráfico de escravos já demonstraram que vinham de três grandes regiões: da Costa Ocidental da África (Costa da Mina principalmente), da África Centro-Ocidental (Angola-Congo) e da Costa Oriental (Moçambique).” (MAMIGONIAN, 2004, p. 39).

Sendo assim, temos de um lado os contatos dos portugueses, especialmente na costa no Atlântico “[...] eles prestavam muita atenção nos vegetais que estavam sendo cultivados. Eles estavam mais interessados em saber como era o quiabo, como era o maxixe, como era o jiló.” (SANTOS; FIUZA; SCHAEFER, 2020, p. 194). E, de outro, as espécies e conhecimentos trazidos com os escravos provenientes das regiões acima citadas.

A revisão da literatura sobre a relação agrícola entre os dois lados do Atlântico confirma essa hipótese e desconstrói a ideia de que a África contribuiu somente com o trabalho na história da agricultura nas Américas. Entre os produtos que eram cultivados no leste africano, e que posteriormente foram transportados para as Américas através do tráfico de escravos, estão o café, o sorgo e duas espécies de gramíneas africanas (*Panicum maximum* e *Brachiaria mutica*); do oeste africano foram transportados o milhete, o quiabo, o andu, os inhames branco e o amarelo; da Guiné, o hibisco, a melancia, o tamarindo, a pimenta malagueta, a maçã akee, a noz de cola, o azeite de dendê, o/a baobá e o arroz africano (CARNEY; MARIN, 1999).

O caso específico de Arroz negro, tanto a espécie africana quanto sua prática de cultivo, analisado por Judith Carney (2001), demonstra a relação entre dois contextos geográficos distintos a África Ocidental e sua transposição para novos ambientes nas Américas, sobretudo na região da Carolina do Sul (EUA), e revela práticas e processos históricos do comércio atlântico e do complexo intercâmbio colombiano (CROSBY, 2009 apud SILVA, 2019). Tal obra, relacionada a trabalhos anteriores como *Rice and slaves* de Littlefield (1981) e também Peter Wood (1974), que já havia sugerido a relação entre os escravos africanos e o começo do cultivo do arroz na colônia norte-americana da Carolina do Sul, “[...] figuram como importantes referências para Carney, sobretudo no debate sobre o pioneirismo da difusão do conhecimento orizícola africano nos EUA.” (SILVA, 2019, p. 268). trazendo uma nova perspectiva de estudo sobre a interface entre os africanos escravizados e sua relação com o meio ambiente.

Judith Carney consagra-se na historiografia contemporânea com uma análise interdisciplinar que envolveu botânica, história e geografia sobre o estudo do cultivo do arroz nas Américas desde os primeiros séculos da colonização. Sua obra *Arroz negro: as origens africanas do cultivo de arroz nas Américas* foi publicada pela primeira vez em 2001, em inglês e, em 2018, foi editada em português. A autora demonstra através de diversas fontes que o arroz africano (*Oryza glaberrima*) foi domesticado e pode ter servido como o arroz inicial cultivado em muitas regiões da América e que os escravos africanos do oeste, conhecedores das técnicas inerentes a seu cultivo, tiveram um papel crucial na adaptação dessa espécie nos múltiplos ambientes do continente americano.

Carney e Marin (1999) chamaram a atenção para o conceito *Intercâmbio de Columbia* que designa o período do intercâmbio de cultivos do século XVI ao XVIII. O significado de tal conceito demonstra, por outro lado, o que as próprias autoras descrevem como uma “[...] ênfase aos cultivos que possuem algum valor econômico de origens americana, asiática e europeia e o papel dos europeus na sua dispersão global [...]”, ao passo que se percebeu uma reduzida atenção aos cultivos de origem africana (CARNEY; MARIN, 1999, p. 113). Tal constatação é explicada por Carney e Marin (1999) como relacionada a dois fatores, “[...] 1) o pequeno papel de espécies africanas domesticáveis, como o inhame, feijão caupi, milho e sorgo nas economias de *plantation*; 2) a antiga crença de que o arroz é somente originário da Ásia.” (CARNEY; MARIN, 1999, p. 113-114).

Dessa forma, o trabalho de Carney (2001) relaciona três ideias centrais que podem servir para análises sobre os intercâmbios entre o Brasil e Continente Africano: a transferência tecnológica, o conhecimento indígena e o papel dos escravos na sua adaptação como produto básico no regime alimentício dos diversos ambientes do Novo Mundo. Costa e Silva (2020) traz alguns exemplos para o caso brasileiro, como o coqueiro, que “[...] não é brasileiro, e você tem coqueiros desde o Amazonas, pelo litoral, até o Rio Grande do Sul.” (SANTOS; FLUZA; SCHAEFER, 2020, p. 196).

Case Watkins (2020) analisa o trânsito da palmeira africana para o Brasil e a produção do óleo de dendê, tendo se tornado um elemento integrado à culinária afro-brasileira e sendo produzido até os dias atuais. O autor busca reconstituir a formação de paisagens africanas através do dendê (*Elaeis guineensis Jacq.*) na Bahia. Da palmeira africana, segundo Watkins (2020, p. 150), “[...] o azeite extraído dos seus frutos tornou-se um componente integral da cultura e da culinária afro-brasileira, e os bosques das palmeiras que produzem esse azeite vieram para representar uma paisagem afro-brasileira.”

Na Bahia, primeira capital da América Portuguesa e berço da cultura afro-brasileira, a palmeira-de-óleo-africana se estabeleceu como o dendzeiro no século XVII, se tornando um ingrediente fundamental para a culinária e para produção de materiais litúrgicos afro-brasileiros. Embora inelutavelmente vinculado à espiritualidade afro-brasileira, o azeite-de-dendê, para além disso, tem grande apelo popular, uma vez que é utilizado na produção de pratos afro-brasileiros, tais como: a moqueca - ensopado picante de frutos do mar com legumes e azeite-de-dendê, e o acarajé - bolinho de feijão fradinho frito no azeite, receitas preparadas por pessoas de todas as crenças. (WATKINS, 2020, p. 151).

Na entrevista a Santos, Fiuza e Schaefer (2020), Costa e Silva chama atenção também para a banana, que foi levada da Índia para a África, passando por diversas transformações (SANTOS; FIUZA; SCHAEFER, 2020). “Quando chega ao Brasil ela topa com a pacova, que era brasileira, que chamamos hoje em dia de banana da terra, que é aquela banana dura que você fritar, tem uns 50 tipos de banana. Algumas vieram para o Brasil [...]” (SANTOS; FIUZA; SCHAEFER, 2020, p. 196).

Chegaram ao Brasil também espécies de árvores até hoje muito apreciadas. Dentre elas, cita-se o Baobá (*Adansonia L*), o Flamboyant (*Delonix regia*), as Gameleiras ou Figueiras (*Ficus sycomorus*) e a Espatódea (*Spathodea campanulata*). De forma expressiva, além de se expandir pelos pátios das casas grandes, das igrejas e dos colégios dos padres, essas árvores mantiveram um papel importante na religiosidade dos africanos no Brasil. Raggio, Bley, Trauczynsk (2018) destacam a importância da natureza para o Candomblé, ressaltando o significado das árvores no processo de conexão do homem com as divindades e nos ritos religiosos. Segundo Correa (2012, p. 06) os africanos “[...] seguindo suas religiões, tentaram, na medida do possível, ressacralizar a natureza. Ervas medicinais e/ou de importância ritual para cerimônias religiosas foram trazidas da África.”.

Tais plantas, animais e práticas agrícolas passam a fazer parte do mundo rural brasileiro em conjunto a práticas indígenas e portuguesas. Nesse sentido, a africanização da paisagem é um processo que se soma aos demais em curso desde os primeiros séculos de colonização. Tais costumes e práticas moldam as trajetórias de trabalhadores africanos e de origem africana e as comunidades quilombolas que vivem no meio rural quando o Brasil torna-se uma República. Nesse sentido, é possível concluir que a africanização do meio rural brasileiro que se desenha até o Período Republicano se traduz pela participação efetiva dos africanos e trabalhadores de origem africana por meio do trabalho, das práticas culturais, dos conhecimentos de agricultura tropical e pelo trânsito de extensa flora e fauna africanas.

Considerações finais

O campo de estudos da história social do trabalho relacionado à história ambiental tornou-se fundamental para o entendimento da formação histórica do espaço rural como palco de atuação de diferentes grupos de trabalhadores e dos impactos que novas culturas e práticas agrícolas e de trabalho causaram na sociedade e no ambiente numa contexto marcado pela escravidão. A africanização da paisagem rural do Brasil se deu tanto pela diáspora africana e a atuação desses indivíduos nas diferentes frentes de trabalho, quanto pelo conhecimento de agricultura tropical e dispersão de plantas e animais africanos que modificaram sobre maneira a agricultura e os ecossistemas brasileiros.

Esse mapeamento aponta para a multiplicação de pesquisas em vista de superar o paradigma da ausência (CHALHOUR; SILVA, 2009), das questões socioculturais, das diferentes condições de trabalho, das relações familiares e das resistências micro e macro. Além disso, os trabalhos aqui discutidos levantam novas questões sobre o trabalho rural para além da *plantation* agroexportadora, onde emergem outros tipos de trabalho e de trabalhadores, sejam eles produtores de mercadorias para abastecer o mercado interno ou de subsistência. Ressaltou-se, também, como a abordagem dos remanescentes de quilombos apresentam-se como fragmentos de uma africanização do meio rural, onde é visível um passado rural de proximidade com a terra, com a biodiversidade, com o trabalho.

A Lei de Terras de 1850 representou um marco para a constituição histórica do espaço rural. De um lado, garantiu a posse de terra para a elite latifundiária que organizara a produção agroexportadora baseada na mão-de-obra escravista. De outro, transformou o restante das terras em “devolutas”, propriedade do Estado. Boa parte dessas terras foram destinadas a atender à imigração europeia fortemente incentivada para se estabelecer como mão-de-obra e como produtora de artigos agrícolas em pequenas propriedades. Essa legislação dificultou o acesso a terra pelos agricultores pobres em geral, dentre eles os africanos e de origem africana, permeando o período republicano de conflitos e movimentos pelo direito à terra.

Nesse sentido, não há um caminho homogêneo e linear de transição do trabalho escravo para o livre e assalariado. Mesmo após a abolição, a dificuldade de acesso à terra levou muitos africanos e afro-brasileiros a situações de servidão em propriedades de terceiros, sem condições dignas de moradia e acesso a direitos. Situação que mudou a partir da organização de movimentos quilombolas e novas políticas governamentais ao longo do período republicano. Os trabalhos recentes que mapeiam os remanescentes de quilombos demonstram que, mesmo com os empecilhos legais, esses indivíduos continuaram a africanizar o meio rural.

As espécies plantadas e cultivadas por africanos e seus descendentes no Brasil, como o caso da palmeira africana cujo óleo de dendê e a cultura ao seu redor construíram uma paisagem afro-brasileira no Brasil, bem como o arroz negro em regiões norte-americanas transplantou técnicas, mão-de-obra e conhecimentos rurais africanos para aquela região também são um demonstrativo dessa história que envolve exploração do trabalho, fluxo migratório, práticas agrícolas e conhecimentos construídos por séculos.

Referências

ALMEIDA, A.W.B. Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997). *BIB*, Rio de Janeiro, v. 01, n. 45, p. 51-70, 1988.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.

ASSUNÇÃO, Matthias Rönrig. *De Caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)*. São Paulo: Annablume, 2015.

BITTENCOURT, M. CORREA, S.M.S. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v. 1. n. 1, p.07-14, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.

CARNEY Judith, MARIN, Rosa Acebedo. Aportes dos Escravos na História do Cultivo do Arroz Africano nas Américas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 113–133, 1999.

CARNEY, Judith A. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press. 2001.

CARVALHO, Tarcisio Motta de. “Inimigos do progresso”: dominação de classe e resistência camponesa na Primeira República: a guerra sertaneja do Contestado. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 281-304

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558>. Acesso em: jan.2021.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza, (Org). *Bioses Africanas no Brasil*. Notas de história ambiental. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2012.

COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas*. São Paulo: Editora Record, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6. ed.. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2008.

FRAGOSO, João. O Império Escravista e a República dos Plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, p. 23-278.

GODOI, Emilia; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa. *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

KURY, Lorelai. *Usos e Circulação das Plantas no Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

KURY, Lorelai (Org.). *Representações da Fauna no Brasil, Séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial. 2015.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Social da Agricultura: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002/2003. Rio de Janeiro: 2004.

LITTLE, Paul E. Desenvolvimento Territorial Sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. *Guaju*, Matinhos, v.1, n.2, p. 127-143, jul./dez. 2015. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45039>. Acesso em: jun. 2021.

LITTLEFIELD, Daniel C. *Rice and Slaves*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n.9, p. 35-53, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000200035&lng=en&nrm=iso>. Acessos em jan.2021.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa. *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São

Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Designios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jan. 2021.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. Brasília: Unesp. 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NODARI, Rubens; NODARI, Eunice; FRANCO, José. Uso E Conservação Da Biodiversidade: As Duas Faces Da Moeda. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 5, n. 3, p. 11-16, 2016.

OBBERG, Kalervo. O Campônio Marginal no Brasil Rural. In: WELCH, C. A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J. S. B; WANDERLEY, M. N. B. *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, out. 2020.

PAES, Gabriela Segarra Martins. Os Negros D'água do Rio Ribeira de Iguape: mito e história numa narrativa elaborada por comunidades negras do Vale do Ribeira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 71-91, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882019000200071&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em jan. 2021.

RAGGIO, A. Z; BLEY, R. B; TRAUZYNSK, S. C. (Org.). *Abordagem histórica sobre a população negra no Estado do Paraná*. Curitiba: SEJU, 2018. v. 2.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O Pós-abolição como Problema Histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.

RIOS, Ana. Campesinato negro no período pós-Abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. *Cadernos IHU Ideias*, v.5, n. 76, p.1-19, 2007.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*. 2010. 477 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, Flávia Alves; FIUZA, Ana Louise; SCHAEFER, Carlos Ernesto. Diálogo com Alberto da Costa e Silva: A participação africana na agricultura brasileira e outros movimentos e contribuições transatlânticas. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 01, n. 39, p. 189-204, 2020.

SILVA, Sandro Dutra e. Cultura e Meio ambiente: o intercâmbio biológico e o cultivo do arroz nas Américas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, n. 1, p. 267-269, 2019.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WATKINS, Case. Palmeiras Africanas em Solos Brasileiros: transformação socioecológica e a construção de uma paisagem afro-brasileira. *Halac*, v. 10, n. 1, p.159-193, 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Sidão Manoel Inácio e a conquista da cidadania: o campesinato negro do Morro Alto e a República que foi. *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, p. 1-22, 2015.

WOOD, Peter. *Black Majority*. New York: Knopf, 1974.